



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90009/2024

Processo Administrativo nº 2023.00.000010690-0

O Tribunal Superior Eleitoral, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, CEP 70.070.600, torna público que realizará dispensa eletrônica, com critério de julgamento **maior desconto** na hipótese do art. 75, inciso III, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67/2021 SEGES/ME e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 01/04/2024 (segunda-feira)

Horário de abertura da Fase de Lances: 08:00

Duração da Fase de Lances: 6 horas

Data da sessão de convocação do fornecedor e julgamento de propostas: 01/04/2024, a partir de 14 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. A presente dispensa eletrônica tem por objeto a aquisição de combustível, tipo óleo diesel S-10, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência.

1.2. Fazem parte do presente Aviso os anexos abaixo relacionados:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo I-I - Modelo de Proposta
- Anexo I-II - Listas de Verificação - (Termo de Recebimento Definitivo)
- Anexo I-III - Designação do Preposto
- Anexo I-IV - Penalidades
- Anexo II-I - Mapa Comparativo de Preços
- Anexo II-II - Percentual Mínimo de Referência

2. DO VALOR ESTIMADO PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO

2.1. A Tabela abaixo apresenta o percentual mínimo de referência:

PERCENTUAL MÍNIMO DE REFERÊNCIA						
Item	Objeto	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (1)	Valor Total (1)	Percentual de desconto

1	Óleo diesel S-10	litros	10.000	R\$ 6,99	R\$ 69.900,00	0%
PERCENTUAL MÍNIMO DE REFERÊNCIA				0%		

(1) O **desconto percentual ofertado pelas empresas incidirá sobre o valor** dado pelo maior preço obtido em função do **último preço semanal disponível na data do fornecimento**, observado em Brasília, Preço ao Consumidor, pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), constante do endereço eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis/serie-historica-do-levantamento-de-precos>.

2.1.1 O preço do litro de diesel (R\$) constante na tabela acima não implica em vinculação como base de cálculo para aplicação de desconto percentual.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no portal de compras do Governo Federal.

3.1.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. Esta contratação é destinada preferencialmente às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso I, art. 48 da LC nº 123/2006 e art. 1º do Dec. nº 8.538/2015.

3.3. Poderão participar dessa dispensa eletrônica os interessados que:

3.3.1. atendam às condições previstas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos;

3.3.2. sejam credenciados no órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, por intermédio do sítio www.gov.br/compras, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico de Compras do Governo Federal.

3.4. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

3.4.1. a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

3.4.2. de que atende aos requisitos dos §2º e §3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso;

3.4.3. de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.4. de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (Lei nº 9.854/99);

3.4.5. de quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação;

3.4.6. de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

3.4.7. do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.5. Não poderão participar desta contratação pessoas jurídicas:
- 3.5.1. que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;
 - 3.5.2. punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TSE;
 - 3.5.3. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - 3.5.4. impedidas de licitar e contratar com a União;
 - 3.5.5. que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 3.5.6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.7. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar nº 123, de 2006 e o Decreto nº 8.538, de 2015,
- 3.8. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão manifestar, em campo próprio, sob as penas da lei, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º deste Estatuto.
- 3.9. Encerrada a fase de lances, será feita consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade – CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no SICAF, bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf), a fim de verificar se o fornecedor se enquadra em qualquer vedação prevista neste Aviso.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, o preço e o percentual de desconto até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.3. A proposta deverá conter o percentual de desconto, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.
- 4.4. A validade da proposta de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

5. DA FASE DE LANCES E INTERVALO MÍNIMO

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.3. Os lances serão ofertados em percentual (%) de desconto.

5.4. O **desconto percentual ofertado pelas empresas incidirá sobre o valor** dado pelo maior preço obtido em função do **último preço semanal disponível na data do fornecimento**, observado em Brasília, Preço ao Consumidor, pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), constante do endereço eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis/serie-historica-do-levantamento-de-precos>.

5.5. O fornecedor somente poderá oferecer percentual de desconto superior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.6. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos que contenham percentuais de desconto iguais ou inferiores ao lance que esteja vencendo a dispensa eletrônica, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.6.1. Havendo lances iguais ao maior percentual de desconto já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.6.2. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

5.6.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.6.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de desconto de **0,1% (um décimo por cento)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será iniciada a fase de convocação do fornecedor, observada a ordem de classificação, para anexação da proposta contendo o desconto percentual ofertado no sistema eletrônico no prazo definido no item 6.10.

6.2. Anexada a proposta, será realizada a verificação da sua conformidade quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação de cada item.

6.3. No caso de o desconto percentual da proposta vencedora estar abaixo do estimado pela Administração, será solicitada no Sistema Compras que o fornecedor negocie desconto mais vantajoso.

6.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o maior desconto, para que seja obtida melhor proposta com desconto

compatível ao estimado pela Administração.

6.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do desconto mínimo definido para a contratação ou não se manifestar quando convocado.

6.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da dispensa eletrônica.

6.5. Estando o desconto por item compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.5.1. Conjuntamente com a proposta de fornecimento, a licitante deverá apresentar o(s) comprovante(s) de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Ibama, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Regularidade (CR) válido(s), relacionados às categorias e atividades listadas a seguir: Categoria 18-1 - Transporte de Cargas Perigosas e que exijam grande grau de detalhamento.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, percentuais de desconto inferiores aos estabelecidos no item 2.1 deste Aviso.

6.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores manifestamente inexequíveis.

6.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

6.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o maior percentual de desconto, a ser aplicado sobre o **último preço semanal** do litro de óleo diesel S10 **disponível na data do fornecimento**, observado em Brasília, Preço ao Consumidor, pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), constante do endereço eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-distribuido-combustiveis/serie-historica-do-levantamento-de-precos>.

6.10. A proposta, juntamente **com os documentos de que trata o item 7** deste Aviso e, se necessário, com os documentos complementares, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “**Solicitar envio de anexos**”, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação.

6.11. A proposta ajustada poderá ser retificada e outros documentos poderão ser solicitados, em sede de diligência, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, podendo ser concedido prazo maior, desde que escrito e fundamentado.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Conforme art. 20 da Instrução Normativa Seges/ME nº 67/2021, combinado com o inciso III do art. 70 da Lei 14.133/21, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista.

7.1.1. Regularidade fiscal, social e trabalhista

7.1.1.1. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.1.2. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou

municipal relativo à sede da participante;

7.1.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

7.1.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.1.1.5. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.1.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7.1.2. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados no itens 7.1.1 para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação do certame, a nota de empenho será enviada eletronicamente à empresa adjudicatária para o endereço constante de sua proposta e o prazo para execução do objeto começará a contar do envio da mensagem.

9.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de 60 (sessenta) dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato ou aceite do empenho, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O fornecedor interessado em participar do Aviso estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

10.2. Nos termos do Art. 156 da Lei 14.133/2021, caso a contratada descumpra total ou parcialmente o objeto ajustado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às sanções previstas no Título de Penalidades do Anexo I - Termo de Referência.

ÉLVIA CARIBÉ VILHENA E SOUSA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO - SUBSTITUTA



Documento assinado eletronicamente em **26/03/2024, às 13:12**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2820041&crc=46CED6C6, informando, caso não preenchido, o código verificador **2820041** e o código CRC **46CED6C6**.

